

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PANORAMA ECONÔMICO

A manutenção do forte ritmo de crescimento da economia brasileira no primeiro semestre de 2011, puxado principalmente pela demanda interna, manteve a inflação pressionada neste período. A manutenção do núcleo da inflação acima do centro da meta levou o Banco Central à adoção de medidas macro-prudenciais e elevações da taxa básica de juros.

No mercado de câmbio o forte influxo de capitais estrangeiros continua a pressionar a moeda brasileira levando-a ao menor patamar desde junho de 2008. A forte apreciação do real tem levado o governo a realizar medidas cambiais para tentar conter a sua valorização.

No campo político, o esforço do governo na contenção de gastos fiscais deverá acarretar no cumprimento da meta de superávit primário antes mesmo do final do ano.

No front externo há grande preocupação do mercado com relação à crise fiscal dos países da zona do euro e à fraca recuperação demonstrada pela economia norte-americana.

A EMPRESA

O Banco Fidis S.A., constituído sobre a forma de banco múltiplo (carteiras de crédito, financiamento e investimento, investimentos e arrendamento mercantil), tem como último acionista de referência a Fiat S.p.A., da Itália, e tem como missão suprir às necessidades financeiras das redes de concessionárias Fiat e Iveco, notadamente por meio do financiamento dos estoques (floor-plan) e de linhas para capital de giro. Além do financiamento às concessionárias, o Banco Fidis oferece, através de suas Unidades de Negócios Iveco Capital e Chrysler Group Financial Services, linhas de crédito destinadas à aquisição dos produtos fabricados pela Iveco e pela Chrysler (repasse BNDES, CDC, Leasing e financiamentos de capital fixo).

DESEMPENHO ECONÔMICO

A receita de intermediação financeira do Banco Fidis no 1º semestre de 2011 foi de R\$246 milhões, um crescimento de 45,9% sobre junho de 2010, com elevação de 52,5% em operações de crédito.

O resultado líquido do semestre foi de R\$31,3 milhões, superior em 80,6% sobre o mesmo semestre do ano anterior, impactado diretamente pelos reflexos da anistia proporcionados pela Lei nº 11.941/09, notadamente pelo tratamento fiscal aplicável à matéria, em função da constituição de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição apurados no semestre.

OUIDORIA

No que tange ao Direito do Consumidor, o Banco Fidis, atendendo ao disposto na Resolução 3.849, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, sua Ouvidoria, que tem como função ser canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais da Instituição, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor ao Conselho de Administração e à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS

O Banco Fidis mantém uma estrutura de Governança Corporativa e Controles Internos aderente às exigências da Resolução 3.467 do Banco Central do Brasil e no Decreto Lei italiano 231. Na estrutura de Controles Internos destaca-se o Comitê de Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria.

A estrutura de Governança abrange as áreas de Compliance, Auditoria Interna do Banco Fidis, Auditoria Interna Fiat SpA - Fiat Revi, Risco Operacional e tratativas de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461.

Quanto a SARBOX (Sarbanes Oxley Act), seguindo os padrões adotados pelo Grupo Fiat, efetua anualmente avaliações de riscos e testes de controles ICFR (Internal Control Over Financial Reporting), objetivando garantir os processos de Contabilidade e Reporting.

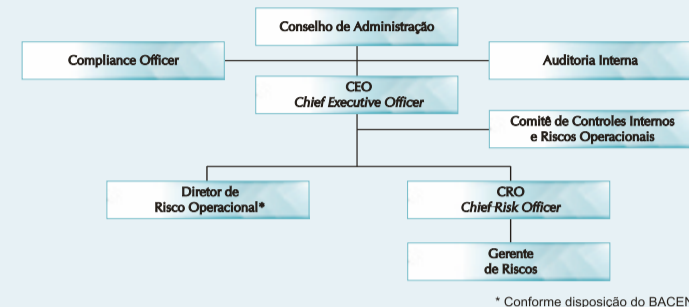
GESTÃO DE RISCOS

Descrevemos abaixo, de forma sucinta, as estruturas de gestão de riscos adotadas pelo Banco Fidis. Maiores informações sobre estas estruturas, bem como as informações tratadas pela Circular 3.477 do Banco Central do Brasil, podem ser obtidas em nosso site na internet, no endereço www.bancofidis.com.br.

RISCO OPERACIONAL

O Banco Fidis, em atendimento às exigências da Resolução 3.380 do Conselho Monetário Nacional, implementou, após a aprovação pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê Especial vinculado diretamente à Presidência da Instituição, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na citada regulamentação. Os relatórios de acompanhamento estão à disposição na sede do Banco.

Estrutura Organizacional do Gerenciamento de Risco Operacional



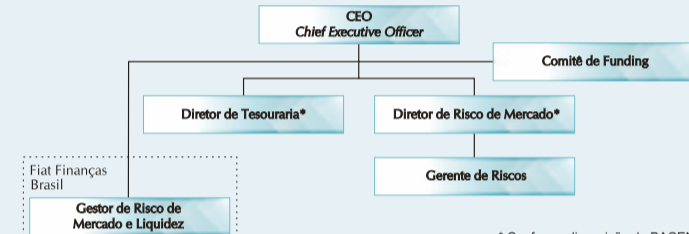
* Conforme disposição do BACEN

RISCO DE MERCADO E LIQUIDEZ

O Banco Fidis, seguindo as normas contidas na Resolução 2.804 e Resolução 3.464 do Conselho Monetário Nacional, implementou uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez, com um escopo focado no controle da variação do valor de mercado das posições mantidas pelo Banco, bem como na manutenção de caixa mínimo para atendimento às necessidades da instituição.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez deve identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Banco Fidis. Esta gestão envolve os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Esta estrutura deve ainda monitorar o fluxo de caixa previsto do Banco Fidis, de forma a identificar e tratar preventivamente qualquer situação de possível falta de liquidez. O Comitê de Funding tem entre suas atribuições o monitoramento dos riscos de mercado e de liquidez. Este comitê se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado previamente, e delibera sobre os assuntos pertinentes à captação e aos riscos de mercado e de liquidez.

Estrutura Organizacional do Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez



* Conforme disposição do BACEN

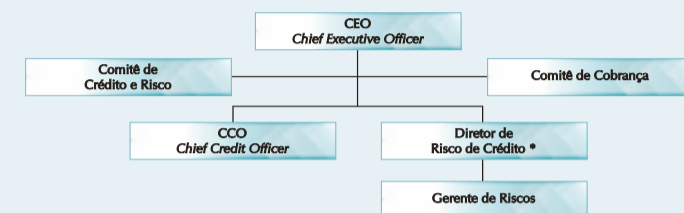
RISCO DE CRÉDITO

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito implementada pelo Banco Fidis em atendimento à Resolução 3.721 do Conselho Monetário Nacional deve possibilitar a identificação, mensuração, controle e a mitigação dos riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação do Banco Fidis.

O Comitê de Crédito e Risco é órgão responsável pela análise dos riscos de crédito associados às operações do Banco Fidis. Esse comitê se reúne sempre que necessário ou por convocações do secretário, e delibera sobre os assuntos pertinentes à Política de Gestão de Risco de Crédito e aprova medidas corretivas e de planos de ação para minimizar o Risco de Crédito.

O gerenciamento do Risco de Crédito é de responsabilidade do Chief Risk Officer (CRO), que executa atividades segregadas da unidade de negociação e da unidade executora da auditoria interna, assim como o diretor responsável não exerce atividades relativas à administração de recursos de terceiros ou de comercialização de operações sujeitas aos riscos de crédito.

Estrutura Organizacional do Gerenciamento de Risco de Crédito



* Conforme disposição do BACEN

PERSPECTIVAS ECONÔMICAS

O crescimento do PIB deve se desacelerar no segundo semestre deste ano, impactado principalmente pelas medidas de aperto monetário (elevação da Selic e medidas macro-prudenciais) realizadas no início do ano, pelos menores estímulos fiscais e pela desaceleração de crescimento do crédito. Além disso, outro fator que poderá contribuir para o arrefecimento da economia local será o alto nível de incerteza global devido à crise fiscal dos países da zona do euro e à baixa capacidade de recuperação apresentada pela economia norte-americana.

A Administração do Banco Fidis acredita que a atividade econômica, embora de forma mais branda do que no primeiro semestre, continuará sendo puxada pela demanda interna e pelo mercado de trabalho que continua apresentando ganhos reais da massa salarial e níveis recordes de taxa de desemprego.

AGRADECIMENTOS

O Banco Fidis agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e parceiros pelo empenho e confiança demonstrados no transcorrer do semestre.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

| ATIVO | 2011 | | 2010 | | PASSIVO | 2011 | | 2010 | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|-------------------------------------------------------------------|------------------|-------------------|------------------|----------------------------|-------------------------------------------------------------------|------------------|-----------|
| | | | | | | | | | | |
| Circulante | 3.647.935 | 3.202.467 | 2.022.806 | 1.890.018 | Circulante | 2.022.806 | 1.890.018 | 1.700.952 | 1.713.112 | |
| Disponibilidades | 90.475 | 88.206 | Depósitos (Nota 9) | 1.700.952 | 1.700.952 | 1.713.112 | Depósitos a prazo | 1.471.174 | 1.102.334 | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4) | 157.494 | 118.996 | Depósitos a prazo | 1.471.174 | 1.471.174 | 1.102.334 | Depósitos interfinanceiros | 229.778 | 610.778 | |
| Aplicações no mercado aberto | 157.494 | 118.996 | Obrigações por repasses do País - instituições oficiais (Nota 10) | 283.718 | 147.082 | 283.718 | Finame | 283.718 | 147.082 | |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | - | 4.274 | Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.c) | 4.294 | 223 | 4.294 | 223 | Outras obrigações | 33.842 | 29.601 |
| Carteira própria | - | 4.274 | Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 213 | 19 | 213 | 19 | Negociação e intermediação de valores | 322 | 284 |
| Operações de crédito (Nota 6) | 3.339.161 | 2.951.664 | Fiscais e previdenciárias (Nota 13.a) | 15.887 | 16.022 | 15.887 | 16.022 | Diversas (Nota 13.b) | 17.420 | 13.276 |
| Operações de crédito - setor privado | 3.391.032 | 2.990.300 | Exigível a Longo Prazo | 2.417.010 | 1.759.682 | 2.417.010 | 1.759.682 | Depósitos (Nota 9) | 1.601.380 | 1.204.960 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d) | (51.871) | (38.636) | Depósitos a prazo | 1.022.821 | 1.204.960 | 1.022.821 | 1.204.960 | Depósitos a prazo | 1.022.821 | 1.204.960 |
| Operações de arrendamento mercantil (Nota 8) | (1.667) | (704) | Depósitos interfinanceiros | 578.559 | - | 578.559 | - | Obrigações por repasses do País - instituições oficiais (Nota 10) | 755.136 | 440.324 |
| Arrendamentos a receber - setor privado | 18.535 | 16.498 | Finame | 755.136 | 440.324 | 755.136 | 440.324 | Finame | 755.136 | 440.324 |
| Rendas a apropriar de arrendamentos a receber | (17.997) | (15.995) | Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.c) | - | 3.468 | - | 3.468 | Instrumentos financeiros derivativos | - | 3.468 |
| Provisão para créditos de arrendamentos a receber de liquidação duvidosa (Nota 6.d) | (2.205) | (1.207) | Instrumentos financeiros derivativos | - | 3.468 | - | 3.468 | Outras obrigações | 60.494 | 110.930 |
| Outros créditos (Nota 7) | 52.536 | 35.402 | Fiscais e previdenciárias (Nota 13.a) | 45.235 | 99.079 | 45.235 | 99.079 | Fiscais e previdenciárias (Nota 13.a) | 45.235 | 99.079 |
| Rendas a receber | 881 | 408 | Diversas (Nota 13.b) | 15.259 | 11.851 | 15.259 | 11.851 | Diversas (Nota 13.b) | 15.259 | 11.851 |
| Diversos | 51.655 | 34.994 | Resultado de Exercícios Futuros (Nota 14) | 6.649 | 4.748 | 6.649 | 4.748 | Resultado de exercícios futuros | 6.649 | 4.748 |
| Outros valores e bens | 9.936 | 4.629 | Patrimônio Líquido (Nota 15) | 409.364 | 351.766 | 409.364 | 351.766 | Patrimônio líquido (Nota 15) | 409.364 | 351.766 |
| Outros valores e bens | 9.895 | 4.578 | Capital | 362.444 | 321.680 | 362.444 | 321.680 | Capital | 362.444 | 321.680 |
| Despesas antecipadas | 41 | 51 | De domiciliados no País | 90.611 | 80.420 | 90.611 | 80.420 | De domiciliados no País | 90.611 | 80.420 |
| Realizável a Longo Prazo | 1.162.820 | 756.682 | De domiciliados no Exterior | 271.833 | 241.260 | 271.833 | 241.260 | De domiciliados no Exterior | 271.833 | 241.260 |
| Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) | 86.809 | 76.709 | Reserva de lucros | 17.254 | 14.263 | 17.254 | 14.263 | Reserva de lucros | 17.254 | 14.263 |
| Carteira própria | 86.655 | 76.709 | Ajuste de avaliação patrimonial | (65) | (636) | (65) | (636) | Ajuste de avaliação patrimonial | (65) | (636) |
| Instrumentos financeiros derivativos | 154 | - | Lucros acumulados | 29.731 | 16.459 | 29.731 | 16.459 | Lucros acumulados | 29.731 | 16.459 |
| Operações de crédito (Nota 6) | 917.383 | 493.717 | | | | | | | | |
| Operações de crédito - setor privado | 939.368 | 509.082 | | | | | | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d) | (21.985) | (15.365) | | | | | | | | |
| Operações de arrendamento mercantil (Nota 8) | (1.333) | (1.721) | | | | | | | | |
| Arrendamentos a receber - setor privado | 26.340 | 39.894 | | | | | | | | |
| Rendas a apropriar de arrendamentos a receber | (26.340) | (39.894) | | | | | | | | |
| Provisão para créditos de arrendamentos a receber de liquidação duvidosa (Nota 6.d) | (1.333) | (1.721) | | | | | | | | |
| Outros créditos (Nota 7) | 159.961 | 187.977 | | | | | | | | |
| Diversos | 159.961 | 187.977 | | | | | | | | |
| Permanente | 45.074 | 47.065 | | | | | | | | |
| Investimentos | 247 | 118 | | | | | | | | |
| Investimentos | 247 | 118 | | | | | | | | |
| Imobilizado de uso | 2.346 | 974 | | | | | | | | |
| Outras imobilizações de uso | 3.116 | 1.467 | | | | | | | | |
| Depreciação acumulada | (770) | (493) | | | | | | | | |
| Imobilizado de arrendamento (Nota 8) | 40.856 | 45.942 | | | | | | | | |
| Bens arrendados | 54.774 | 51.057 | | | | | | | | |
| Depreciação acumulada | (26.356) | (11.336) | | | | | | | | |
| Superveniência de depreciação | 12.438 | 6.221 | | | | | | | | |
| Diferido | 1.270 | - | | | | | | | | |
| Gastos pré-operacionais | 1.427 | - | | | | | | | | |
| Amortização acumulada | (157) | - | | | | | | | | |
| Intangível | 355 | 31 | | | | | | | | |
| Ativos intangíveis | 408 | 37 | | | | | | | | |
| Amortização acumulada | (53) | (6) | | | | | | | | |
| Total do Ativo | 4.855.829 | 4.006.214 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 4.855.829 | 4.006.214 | 4.855.829 | 4.006.214 | | | |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto lucro líquido por ação)

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------------------------------------------|------------------|------------------|
| Receitas da intermediação financeira | 245.996 | 168.593 |
| Operações de crédito | 193.704 | 127.014 |
| Operações de arrendamento mercantil | 11.434 | 9.560 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 40.858 | 32.019 |
| Despesas da intermediação financeira | (194.965) | (132.011) |
| Operações de captação no mercado | (143.442) | (97.618) |
| Operações de arrendamento mercantil | (7.990) | (6.393) |
| Empréstimos, cessões e repasses | (19.708) | (11.488) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d) | (23.825) | (16.512) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 51.031 | 36.582 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | (24.611) | (8.083) |
| Receitas de prestação de serviços | 496 | 430 |
| Receitas com cobrança de tarifas | 1.254 | 775 |
| Despesas de pessoal | (4.035) | (2.869) |
| Outras despesas administrativas (Nota 16.a) | (17.372) | (12.442) |
| Despesas tributárias | (4.652) | (3.321) |
| Outras receitas operacionais (Nota 16.b) | 16.759 | 10.893 |
| Outras despesas operacionais (Nota 16.c) | (17.061) | (1.549) |
| Resultado operacional | 26.420 | 28.499 |
| Resultado não operacional | (386) | (194) |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 26.034 | 28.305 |
| Imposto de renda e contribuição social (Nota 12) | 5.677 | (10.691) |
| Participações dos empregados nos lucros | (415) | (289) |
| Lucro líquido do semestre | 31.296 | 17.325 |
| Lucro líquido do semestre por ação do capital social - R\$ | 0,07 | 0,04 |

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 31.296 | 17.325 |
| Lucro líquido do semestre | 31.296 | 17.325 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais: | | |
| Constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6.d) | 23.825 | 16.512 |
| Baixas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 6.d) | (11.707) | - |
| Depreciações e amortizações | 438 | 146 |
| Depreciações de bens de arrendamento mercantil | 7.155 | 6.335 |
| Superveniência de depreciação, líquida (Nota 8) | (2.992) | (2.993) |
| Superveniência de contratos baixados para prejuízo | 435 | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12) | (5.677) | 765 |
| Provisão para imposto de renda e contribuições sociais correntes (Nota 12) | - | 9.926 |
| Reversão provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas (Notas 13.a, 13.b) | (56.454)</ | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional
O Banco Fidis S.A. (o "Banco") é um banco múltiplo autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, subsidiárias no Plano Contábil das Instituições Financeiras - COSIF, bem como os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, após referendados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil - BACEN.
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi homologada pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- CPC 01 - Redução do valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- CPC 03 - Demonstração do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11 (passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012);
- CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11, e;
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e passivos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

3. Principais Práticas Contábeis
a) Resultado das operações - As receitas e despesas são registradas em observância ao regime de competência.
b) Caixa e equivalentes de caixa - São representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento, na data da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizados pelo Banco no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - São demonstrados pelos valores originais, incluindo, quando aplicável, os adiantamentos e as variações monetárias acumuladas, em base "pro rata die", deduzidos das correspondentes rendas a apropriar e provisão para perdas, quando aplicável.

d) Títulos e valores mobiliários - Para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários, o Banco adota os critérios determinados pela Circular nº 3.060/01, do Banco Central do Brasil. De acordo com esses critérios, os títulos e valores mobiliários mantidos pelo Banco estão sendo classificados e avaliados na categoria de títulos disponíveis para venda. Esses títulos são registrados ao valor de custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são contabilizados no resultado e são ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada ajuste ao valor de mercado de TVM e derivativos, líquidos dos efeitos tributários.

e) Instrumentos financeiros derivativos - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado do item que estiver sendo protegido, são classificados como *hedge* de acordo com a sua natureza, a saber:

- Hedge* de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros são contabilizados no valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.
- Hedge* de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva do ganho dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários e dos efeitos tributários líquidos dos derivativos e dos respectivos itens do balanço patrimonial objeto de *hedge* é reconhecido, quando efetivo. A parcela não efetiva do *hedge*, quando aplicável, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

f) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto à natureza do risco, que considera a complexidade econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise pericial da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "HH" (risco máximo - perda).

As rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "HH" permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Imposição de renda e contribuição social - Estão calculados levando-se em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o imposto de renda é calculada de 15% sobre os lucros tributáveis, acrescida do adicional de 10% acima de limites de rendimentos específicos. A provisão para a contribuição social foi calculada à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda, ajustado conforme legislação específica. O Banco, também, reconhece créditos tributários de imposto de renda e contribuição social que são calculados sobre as diferenças intertemporais, bem como sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, calculados pelas alíquotas vigentes à época dos balanços.

h) Imobilizado de uso - É demonstrado ao custo, depreciado pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil dos bens, de 10% para móveis e utensílios, 20% para a sistema de processamento de dados e veículos.

i) Arrendamento mercantil - As depreciações sobre os bens arrendados são contabilizadas mensalmente de forma linear com base nos respectivos prazos usuais de vida útil, reduzidos em 30%. Os valores residuais garantidos são registrados na rubrica "valores residuais a receber", tendo como contrapartida a conta de "valores residuais a balancear", no grupo de operações de arrendamento mercantil. Conforme diretrizes estabelecidas pelo BACEN, o Banco ajusta suas demonstrações financeiras pela diferença aparada entre o valor contábil dos arrendamentos a receber, imobilizado de arrendamento e o valor presente da sua carteira de arrendamento mercantil, às respectivas taxas internas de retorno de cada contrato, como superveniência ou insuficiência de depreciação, no imobilizado de arrendamento. Os ajustes são contabilizados, quando positivos, a crédito de receitas de operações de arrendamento mercantil e quando negativos, a débito de despesas de operações de arrendamento mercantil, em contrapartida ao imobilizado de arrendamento.

j) Diferido - Representam os custos e benefícios lineares incorridos no projeto de adaptação e preparação da nova filial do Banco, os quais são registrados ao gasto e serão amortizados oportunamente, a partir do início das operações.

k) Depósitos e obrigações por repasses - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais há recursos, caracterizando o ganho contábil com probabilidade certa. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são divulgados nas demonstrações financeiras.

Os passivos contingentes não reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos quanto ao risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os processos relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da avaliação da probabilidade de êxito.

m) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo - São demonstrados por valores contábeis ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos com base "pro rata die".

n) Uso de estimativas - A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos, passivos, despesas e receitas. Os valores reais podem diferir das estimativas.

o) Lucro por ação - Calculado com base no número de ações em circulação na data dos balanços.

4. Aplicações Interfinanceiras de Líquido

| | 2011 | 2010 |
|-------------------------------------|---------|---------|
| Carteira própria: | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 117.494 | 118.996 |
| Letras do Tesouro Nacional - LTN | 40.000 | - |
| Total | 157.494 | 118.996 |

5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Títulos e valores mobiliários - a composição por classificação contábil e avaliação ao valor de mercado:

| | 2011 | | 2010 | |
|---------------------------------------|-----------------|------------------|----------------------------|------------------|
| | Custo corrigido | Valor de mercado | Ajuste ao valor de mercado | Valor de mercado |
| Títulos disponíveis para venda: | | | | |
| Livres: | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT | 4.491 | 4.490 | (1) | 4.044 |
| Notas do Tesouro Nacional - NTN | 82.599 | 81.909 | (690) | 77.346 |
| Vinculadas a Prestação de Garantias: | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro - LFT * | 256 | 256 | 231 | 231 |
| Total | 87.346 | 86.655 | (690) | 80.983 |

(*) Representa os títulos dados em garantia para discussões judiciais e das quais o Banco é parte.
O valor de mercado dos títulos foi ajustado com base nas cotações de preços do mercado divulgado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais na data do balanço.

b) Títulos e valores mobiliários - a composição por prazo de vencimento:

| | 2011 | | 2010 | |
|--------------------------------------|-----------|---------------|-----------------|---------|
| | Até 1 ano | De 1 a 3 anos | Acima de 3 anos | Total |
| Depósitos e obrigações por repasses: | 4.274 | 40.836 | 45.819 | 86.655 |
| Outros | - | 38.172 | 38.537 | 80.983 |
| Total | 4.274 | 79.008 | 84.356 | 167.638 |

c) Instrumentos financeiros derivativos (Swap):

| | 2011 | | 2010 | |
|--------------------------------|------------------------------------------|---------------------------------------|------------------|----------------------------|
| | Valor referencial (Conta de compensação) | Valor patrimonial a receber (a pagar) | Valor de mercado | Ajuste ao valor de mercado |
| Contratos de swaps: | | | | |
| Ativo em DI, Passivo Pré | 106.810 | (4.723) | (4.140) | 583 |
| Passivo circulante | - | - | (4.294) | - |
| Ativo realizável a longo prazo | - | - | 154 | - |

d) Movimento da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros:

| | 2011 | 2010 |
|------------------------------------------------------------|--------|---------|
| Reserva do valor justo dos instrumentos financeiros: | | |
| 2011 | (317) | (266) |
| 2010 | (227) | 649 |
| Transações e compromissos futuros objeto de <i>hedge</i> : | | |
| 2011 | 58.432 | 76.142 |
| 2010 | 70.995 | 65.350 |
| Total | 57.488 | 174.953 |

O Banco tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, com o intuito de *hedge*. O Banco, seguindo as práticas de mercado, capta recursos a taxas pré e pós-fixadas e as aplica, em parte, a taxas pré-fixadas. Com o objetivo de mitigar as variações nos fluxos de caixa futuros associados ao passivo pós-fixado devido às mudanças nas taxas de juros, o Banco contrata operações de Swap de Taxas de Juros em que é pago o valor nominal corrigido por uma taxa fixa e recebe o valor nominal corrigido por uma taxa de juros variável montado, assim, o risco de taxa de juros do item objeto de *hedge*. Desta forma, os instrumentos financeiros derivativos relativos às operações de swap "visam" realizar o "matching" da carteira, imunizando o caixa e o resultado econômico contra as variações inesperadas no custo das captações pós-fixadas.

A efetividade do *hedge* em relação ao instrumento financeiro derivativo é testada prospectivamente e retrospectivamente, sendo que a parcela não efetiva, quando aplicável, é apropriada diretamente ao resultado do exercício. Os controles de risco e exposição utilizados como instrumento a análise de "duration gap" e "interest rate" e o VêGR ("value at risk"). Quando o risco de exposição do Banco ao risco de Taxas de Juros é realizado pelas empresas do Grupo Fiat, novas operações de derivativos são contratadas e/ou reavaliadas. O acompanhamento sobre os indicadores e seus volumes é realizado diariamente, visando endossamento na política de risco de mercado adotado pelo Banco.

Os instrumentos derivativos financeiros são marcados a mercado diariamente e por ocasião do fechamento dos balanços mensais, sempre com observância à sua efetividade. O ajuste do valor justo dos instrumentos é registrado contra o patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, em razão de sua classificação como *hedge* de fluxo de caixa.

d) Movimentação da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários:
A seguir são apresentadas as movimentações da reserva do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos títulos e valores mobiliários constituída no patrimônio líquido.

| | 2011 | | 2010 | |
|----------------------------------------------------------------|--------------------------|-------------------------------|---------|---------|
| | Instrumentos financeiros | Títulos e valores mobiliários | Total | Total |
| Saldo da reserva do valor justo no início do semestre | (445) | 828 | 383 | 383 |
| Perdas apropriadas no resultado do semestre (*) | 861 | - | 861 | 861 |
| Varições do valor justo no patrimônio líquido | 167 | (1.519) | (1.352) | (1.352) |
| Saldo da reserva do valor justo no final do semestre | (417) | (691) | (1.108) | (1.108) |
| Efeitos de avaliação de renda e contribuição social (Nota 7.1) | (233) | 276 | 43 | 43 |
| Ajuste de imposto patrimonial | 350 | (415) | (65) | (65) |

| | 2010 | | 2010 | |
|--------------------------------------------------------------|--------------------------|-------------------------------|-----------|-----------|
| | Instrumentos financeiros | Títulos e valores mobiliários | Total | Total |
| Saldo da reserva do valor justo no início do semestre | 140.150 | 479.797 | 619.947 | 619.947 |
| Perdas apropriadas no resultado do semestre (*) | 1.636 | - | 1.636 | 1,636 |
| Varições do valor justo no patrimônio líquido | (822) | (270) | (1.092) | (1.092) |
| Saldo da reserva do valor justo no final do semestre | (422) | (638) | (1.060) | (1.060) |
| Efeitos de imposto de renda e contribuição social (Nota 7.1) | 169 | 255 | 424 | 424 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | (253) | (833) | (636) | (636) |
| Ajuste de impostos de renda e contribuição social | 36.992 | 45.139 | 82.131 | 82.131 |
| Total | 4.367.292 | 3.544.241 | 7.911.533 | 7.911.533 |

6. Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
a) Carteira de créditos:

| | 2011 | | 2010 | |
|----------------------------------------------|-----------------------------------|----------------|-----------|-----------|
| | Emprestimos e títulos descontados | Financiamentos | Total | Total |
| Subtotal operações de crédito | 4.430.400 | 3.019.585 | 7.449.985 | 7.449.985 |
| Operações de arrendamento mercantil (Nota 8) | 36.892 | 45.159 | 82.051 | 82.051 |
| Total | 4.467.292 | 3.064.744 | 7.532.036 | 7.532.036 |
| Operações de crédito - Circulante | 3.391.032 | 2.990.300 | 6.381.332 | 6.381.332 |
| Operações de crédito - Longo prazo | 939.368 | 509.082 | 1.448.450 | 1.448.450 |
| Operações de arrendamento mercantil (Nota 8) | 36.892 | 45.139 | 82.031 | 82.031 |
| Total | 4.367.292 | 3.544.241 | 7.911.533 | 7.911.533 |

b) Composição da carteira de créditos por prazo de vencimento:

| | 2011 | | 2010 | |
|-------------------|----------|-----------|--------|--------|
| | Vencidos | Em atraso | Total | Total |
| Até 14 dias | 1.979 | 822 | 2.801 | 2.801 |
| De 15 a 60 dias | 6.541 | 1.980 | 8.521 | 8.521 |
| De 61 a 180 dias | 9.648 | 4.123 | 13.771 | 13.771 |
| De 181 a 365 dias | 3.709 | 1.281 | 4.990 | 4.990 |
| Acima de 365 dias | 2.024 | 1.000 | 3.024 | 3.024 |
| Total | 23.901 | 11.616 | 35.517 | 35.517 |

c) Composição da carteira de créditos por risco de vencimento:

| | 2011 | | 2010 | |
|-----------|--------------|-------------------|-------------------|-----------|
| | Até 180 dias | De 181 a 365 dias | Acima de 365 dias | Total |
| Vencidos | 3.109.517 | 2.792.921 | 71.20 | 5.902.138 |
| Em atraso | 274.315 | 201.699 | 6.28 | 482.302 |
| Total | 3.383.832 | 2.994.620 | 77.48 | 6.376.530 |

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

| | 2011 | | 2010 | |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------|
| | 10 maiores clientes <th>50 seguintes maiores clientes <th>100 seguintes maiores clientes <th>Demais clientes</th> </th></th> | 50 seguintes maiores clientes <th>100 seguintes maiores clientes <th>Demais clientes</th> </th> | 100 seguintes maiores clientes <th>Demais clientes</th> | Demais clientes |
| Saldo no início do semestre | 687.636 | 599.165 | 1.286.801 | 1.573.602 |
| Constituição | 1.197.350 | 1.030.394 | 27.42 | 29.07 |
| Reversão | (902.370) | (835.852) | (203.852) | (36.26) |
| Demais clientes | 1.579.936 | 1.079.130 | 36.18 | 30.45 |
| Total | 4.367.292 | 3.544.241 | 100,00 | 100,00 |

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

| | 2011 | | 2010 | |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|-----------------|
| | 10 maiores clientes <th>50 seguintes maiores clientes <th>100 seguintes maiores clientes <th>Demais clientes</th> </th></th> | 50 seguintes maiores clientes <th>100 seguintes maiores clientes <th>Demais clientes</th> </th> | 100 seguintes maiores clientes <th>Demais clientes</th> | Demais clientes |
| Saldo no início do semestre | 65 | 40.417 | 65 | 40.417 |
| Constituição | 24.448 | 16.512 | 24.448 | 16.512 |
| Reversão | (12.330) | (30.566) | (12.330) | (30.566) |
| Demais clientes | 72.342 | 56.299 | 72.342 | 56.299 |
| Total | 85.065 | 76.662 | 85.065 | 76.662 |

O saldo no início do semestre foi de R\$56.846.
A recuperação de créditos baixados em 2011 foi de R\$56.846.
A recuperação de créditos renegociados durante o semestre findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$56.846.

f) Classificação do risco

| | 2011 | | | | | | | | | |
|---------------|-----------|-----------|---------|---------|---------|---------|---------|----------|----------|-----------|
| | Nível AA | Nível A | Nível B | Nível C | Nível D | Nível E | Nível F | Nível G | Nível H | Total |
| Setor Privado | 242.648 | 1.044 | 58 | 974 | 1.574 | 2.736 | 247 | 247 | 247 | 247 |
| Indústria | 1.035.764 | 1.015.754 | 370.144 | 56.262 | 16.181 | 1.354 | 959 | 710 | 7.295 | 2.504.222 |
| Comércio | 220.087 | 685.171 | 481.009 | 38.998 | 8.235 | 5.195 | 2.571 | 519 | 19.613 | 1.461.558 |
| Serviços | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Setor Público | 1.255.851 | 2.084.052 | 855.315 | 100.733 | 25.728 | 7.342 | 3.814 | 1.614 | 32.843 | 4.367.292 |
| Subtotal | - | (140.479) | 3.118 | 4.939 | 1.254 | 793 | 285 | 927 | 3.199 | 154.164 |
| Provisão | - | (16.679) | (4.833) | (41.16) | (2.203) | (1.907) | (1.130) | (32.843) | (77.394) | (166.902) |
| Total | 1.255.851 | 2.067.377 | 841.360 | 95.898 | 27.612 | 5.139 | 1.907 | 484 | - | 4.289.898 |

O Banco revisou os percentuais de provisão por faixa de risco conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, visando adequar o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa à cobertura de possíveis perdas adicionais. Os percentuais por faixa de risco utilizados para o cálculo da provisão para crédito de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2011 e de 2010 são os seguintes:

| | Nível AA | Nível A | Nível B | Nível C | Nível D | Nível E | Nível F | Nível G | Nível H |
|------|----------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| 2011 | 0% | 0,8% | 1,6% | 4,8% | 16% | 30% | 50% | 70% | 100% |
| 2010 | 0% | 0,8% | 1,6% | 4,8% | 16% | 30% | 50% | 70% | 100% |

7. Outros Créditos

| | 2011 | 2010 |
|--------------------------------------------------|---------|---------|
| Créditos tributários (Nota 7.1) | 137.790 | 94.019 |
| Devedores por depósitos em garantia (Nota 7.2) | 46.400 | 108.251 |
| Impostos e contribuições a compensar (Nota 7.3) | 5.352 | 4.709 |
| Valores a receber de sociedade ligada* (Nota 11) | 14.265 | 14.265 |
| Outros | 5.245 | 2.135 |
| Total | 212.429 | 223.379 |

* Valor a receber, principalmente, em virtude de equalização de diferença de taxas relacionada ao financiamento de veículos a crédito de concessionárias das montadoras e ao mercado de varejo de caminhões, cuja equalização é determinada pelo prazo do contrato de financiamento.

7.1. Créditos Tributários
a) Demonstrativo da

